



## **Formação continuada para os profissionais de apoio à inclusão em Várzea Grande, MT: uma experiência reflexiva**

GT 12: Formação de Professores

### **Relato de experiência**

Maria das Graças Pereira FELTRIN (doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT,  
e docente da rede Municipal de Várzea Grande/Mato Grosso)

e-mail [gracinhafeltrin@gmail.com](mailto:gracinhafeltrin@gmail.com)

Márcia Conceição COELHO (Docente da rede Municipal de Várzea Grande/Mato Grosso)

e-mail [marciaconceicaocoelho@gmail.com](mailto:marciaconceicaocoelho@gmail.com)

Lezi Aparecida SILVA (Docente da rede Municipal de Várzea Grande/Mato Grosso)

e-mail [lezisilva@gmail.com](mailto:lezisilva@gmail.com)

Ozerina Victor de OLIVEIRA (Docente do pelo Programa de Pós-graduação em Educação/UFMT)

e-mail [ozarina.oliveira@ufmt.br](mailto:ozarina.oliveira@ufmt.br)

### **1 Introdução**

A figura do profissional de apoio à inclusão no contexto da escola comum surge a partir das demandas de escolarização dos estudantes que compõe o público da Educação Especial (estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista (TEA) e com Altas Habilidades/Superdotação).

Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPI) de 2008, as funções do profissional de apoio são descritas como: instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, monitor ou cuidador dos estudantes com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. (Brasil, 2008, p. 17).

A Nota Técnica n.º 19 de 2010 (MEC / SEESP / GAB) estabelece que os profissionais de apoio são necessários, primeiramente, para atendimento às necessidades específicas dos estudantes no âmbito da acessibilidade às comunicações, e enfatiza que a contratação desse profissional decorre “conforme as especificidades apresentadas pelo estudante, relacionadas a sua condição de funcionalidade e não a condição de deficiência”. (Brasil, 2010, p.2).

A Lei n.º 12.764, Política Nacional de Proteção à Pessoa com Transtorno do Espectro Autista de 2012, regulamentada pelo Decreto n.º 8.368, 2014, acrescenta “apoio à interação social” às atribuições do profissional de apoio.

Realização





Nesse contexto, o estudo de Piovezan (2022), cujo objetivo foi descrever e analisar como as redes de ensino estão regulamentando a contratação dos profissionais de apoio escolar, considerando as atribuições regulamentadas, os cargos, funções e as condições de trabalho, aponta para a inexistência de uma lei específica que contemple esses profissionais, e por isso, pode haver barateamento e precarização de mão de obra. Diante disso, fica a cargo dos estados e municípios estabelecerem seus próprios critérios de contratação.

Por esse motivo, Piovezan (2022) alerta que, para haver um melhor desempenho e qualidade dos serviços prestados, as seleções desses profissionais “devem ser pensadas, de maneira urgente e criteriosa, acarretando, dentre outros fatores, no melhor desempenho e na qualidade dos serviços prestados”. (Piovezan, 2022, P. 95)

Não precisamos ir longe para darmos conta da discrepância dos critérios de contratação desses profissionais, basta olharmos para a realidade dos municípios do estado de Mato grosso. Alguns contratam estagiários de cursos de graduação e do ensino médio, em outros, a contratação e treinamento são de responsabilidade de uma empresa terceirizada, prática essa citada no estudo de Lopes (2018). Outros, como o município de Várzea Grande, realizam concursos públicos para efetivação desses profissionais, além das contratações temporárias devido ao aumento substancial do número de matrículas dos estudantes com NEE.

É importante frisar que há grande rotatividade desses profissionais nas escolas em decorrência da precariedade das condições de trabalho, dentre elas, cite-se a falta de conhecimentos específicos para lidar com as demandas do público em questão. Diante dessa realidade, as redes de ensino precisam ofertar contínuas formações para os esses profissionais. É nesse sentido que decorre este relato de experiência cujos objetivos consistem em:

- Retratar como se deu a formação continuada dos profissionais de apoio (Técnicos de Desenvolvimento Educacional Especializado - TDEE) da rede municipal de Várzea Grande no ano de 2023.
- Apresentar os resultados do processo formativo dando ênfase ao pensamento reflexivo sobre a própria prática, tanto dos cursistas, como da equipe de formação.

Ademais, ao longo desse relato de experiência, serão expostos possíveis articulações com a compreensão da experiência e pensamento reflexivo em Dewey por meio das explicações de Henning (2019) e Rodgers (2002).

## **2- Formação continuada para os TDEEs/educadores envolvidos no processo de escolarização de estudantes público da educação especial**

A formação continuada na perspectiva inclusiva é imprescindível para capacitação e atualização de conhecimentos específicos de todos os profissionais que estão envolvidos no processo de escolarização dos, estudantes público da educação especial, a fim de oportunizar participação nas situações de aprendizagens, para além do acesso à escola comum. Nessa perspectiva, é preciso levar em consideração a realidade das nossas escolas no intuito de atender às reais necessidades educacionais e especificidades do nosso alunado, considerando as peculiaridades e heterogeneidade dos diferentes estilos e ritmos de desenvolvimento humano.

A formação continuada dos profissionais da educação, comumente, é constituída pelo próprio esforço individual, como também, mediante necessidades emergentes das situações do cotidiano escolar, ou seja, formação em serviço. Nesse sentido, Mantoan (2015) pondera que o exercício constante dos profissionais da educação é uma das saídas para obter o sucesso almejado na formação emergencial para a inclusão. Outra forma de se obter formação continuada é por meio dos sistemas de ensino, como as formações ofertadas pela Secretaria de Educação de Várzea Grande. Para tanto, há também que se buscar redes de apoio e parcerias com outras instituições para fortalecimento e ampliação das ações formativas.

A Coordenação de Formação e Avaliação da Superintendência Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esperte e Lazer (SMECEL) de Várzea Grande visa ofertar formação continuada por meio da abordagem de temas relevantes e indispensáveis ao exercício de todos os profissionais da educação.

Com o intuito de subsidiar o trabalho dos TDEEs, sobretudo, dando ênfase às questões práticas do dia a dia escolar e tendo em vista que o maior desafio desses profissionais consiste no despreparo em lidar com as especificidades dos referidos estudantes, no ano de 2023 a SMECEL ofertou formação continuada a 842 TDEEs de 91 Unidades Escolares, em articulação com o Centro Municipal de Atendimento Especializado e Apoio a Inclusão “João Ribeiro Filho” (CMEAPI) e outras instituições parceiras.

### **2.1 Descrição metodológica do processo formativo**

Realização



O desenvolvimento da formação supracitada ocorreu por meio de palestras e rodas de conversas a partir de encontros presenciais e mediante de atividades complementares (questionários no Google Forms) como proposta de pesquisa para melhor entendimento das especificidades e necessidades dos estudantes apoiados pelos TDEEs, sobretudo, oportunizando a participação dos cursistas num processo informativo, comunicativo, interativo, e dinâmico de princípios e práticas dialógicas.

Para que os cursistas tivessem maior participação e aprendizagem significativa foi necessário dividi-los por regiões às quais as escolas pertencem, sendo que, a região centro por conter apenas três Unidades Escolares, foi agrupada à região sul. Nessa composição, cada tema foi abordado durante quatro dias nos turnos matutino e vespertino, de modo que os cursistas pudessem participar no contraturno do horário de trabalho.

Aos participantes foram repassados conhecimentos teóricos e empíricos para as adaptações curriculares, instrucionais e ambientais, bem como alguns aspectos normativos legais que regulam a educação na perspectiva inclusiva. Para tal, utilizou-se do orientativo que norteia o trabalho do TDEE elaborado na própria rede de ensino.

A princípio procurou-se identificar quais seriam as necessidades formativas imediatas desses profissionais, de modo que fossem alinhadas ao cotidiano para que, a partir de novos conhecimentos, eles construíssem uma prática reflexiva mediante redefinição das ações para que pudessem melhor auxiliar os estudantes com NEE a partir de um bom acolhimento a eles e as suas famílias.

Ainda durante os encontros formativos se ressaltou a importância de o TDEE conhecer as potencialidades e dificuldades do(s) estudante(s) juntamente com o professor regente da sala de aula comum e o do AEE, caso a escola dispusesse desse profissional. Também foram repassadas orientações de acolhimento e cuidados para com os estudantes pelos profissionais assistidos, de como confeccionar o caderno de campo (de anotações diárias) para acompanhamento do desenvolvimento do estudante, além de sua adaptação ao ambiente escolar e avanços obtidos quotidianamente.

Ao todo foram seis encontros formativos, dos quais três foram ministrados pela equipe da educação especial do Setor Formação da SMECEL, e os outros três se deram por meio de parcerias com o CMEAPI, com o 2º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar de Várzea Grande e com a Associação dos Amigos dos Autistas Neurodiversos e pessoas com Doenças Raras (AMAND). Segue temáticas abordadas: Profissional de apoio escolar e sua atuação no contexto



escolar inclusivo; Primeiros Socorros na perspectiva inclusiva; Abordagens Teóricas e Práticas sobre Deficiência Intelectual com Ênfase na Síndrome de Down; Manejo e Cuidado com a Criança Cadeirante; Manejo comportamental de crianças com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) em condição de inclusão escolar; Partilha de Experiências Educacionais e Inclusivas Vivenciadas Junto à Comunidade Escolar.

### 3 Avaliação x resultados do processo formativo

A avaliação dos resultados obtidos nas formações pela equipe de formação da SMECEL ocorreu de forma diagnóstica e contínua por meio de observações, elaboração de relatórios descritivos referente a frequência e participação nas formações presenciais e atividades online, por meio de feedbacks dos participantes durante os encontros e em momentos de visitas das formadoras nas unidades escolares, mas sobretudo, do decorrer do último encontro formativo em que os cursistas compartilharam suas vivências no contexto escolar, considerando os avanços obtidos pelos estudantes por eles apoiados.

Os relatos de experiências se deram por meio de apresentações em PowerPoint e de vídeos elaborados pelos cursistas junto à comunidade escolar, uma vez que, a experiência não se dá isoladamente, mas em comunidade, em interação com o outro, em que “[...] o sujeito em *situação* opera *transações*, pois é ativo e reativo, e o contexto implica numa multiplicidade e complexidade de composição.” (Henning, 2019, p.4).

Mediante a diversidade de temas trabalhados no decorrer do processo formativo, por meio da análise do aproveitamento ou participação e relatos dos cursistas, consideramos que todos os objetivos foram atingidos, visto que, a formação foi planejada com base nas demandas reais dos contextos escolares.

Os incomensuráveis ganhos foram evidenciados, mais precisamente, durante o último encontro formativo em que os TDEEs, junto aos coordenadores pedagógicos, diretores escolares e professores de AEE compartilharam suas experiências, destacando os avanços dos estudantes a partir das intervenções educacionais com base nos conhecimentos adquiridos durante a formação. Por meio dessa atividade foi possível oportunizar a esses profissionais exercitarem o pensamento reflexivo sobre a própria prática e assim, aprender com a experiência, num processo de criação de significado, com uma compreensão mais profunda de suas relações e conexões com outros conhecimentos. (Rodgers, 2002)

Nessa dinâmica, não somente os TDEEs tiveram a oportunidade de refletir sobre os resultados e efeitos de suas práticas sobre o desenvolvimento dos estudantes por eles apoiados, mas também, o coletivo de cada Unidade Escolar e a equipe de formação para elaboração e organização das formações seguintes, puderam fazê-lo. No entanto, pelo fato de a educação inclusiva ser uma perspectiva educacional recente, a equipe de formação reconhece que há um longo caminho a ser percorrido para que os estudantes com NEE possam ser incluídos de fato nas salas de aulas comuns, junto aos seus pares.

## Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília-DF: Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf). Acesso em: 20 jul. 2022.

BRASIL. **Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 22 jul. 2022.

HENNING, Leoni Maria Padilha. A Experiência no Mundo Existencial, Segundo Dewey. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v 2. 44, n. 3, e91397, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/HxLNfjjsBKhKNGwmTLMpMnTQ/#>. Acesso em: 18 set. 2024.

LOPES, M. M. **Perfil e atuação dos profissionais de apoio à inclusão escolar**. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

MACHADO, R. **Educação especial na escola inclusiva: políticas, paradigmas e práticas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MANTOAN, M.T.E **Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Summus, 2003.

PIOVEZAN, C. C. B. Requisitos para contratação de profissionais de apoio escolar nos sistemas estaduais de educação. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 116f.

RODGERS, C. (2002). Defining Reflection: Another Look at John Dewey and Reflective Thinking. *Teachers College Record*, 104, 842-866.

SANTOS, M.T.C.T **Inclusão Escolar: Desafios e Perspectivas**. In: MANTOAN, M.T.E. O desafio das diferenças nas escolas. 4.ed. Petrópolis: Vozes. 2011.